



CACS | FUNDEB
ITAPERUNA-RJ

Gestão 2023-2026

Ata da Reunião Ordinária do mês de julho do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – CACS Funbed Itaperuna-RJ. Aos vinte dias do mês de julho de dois mil e vinte e três, com início às oito horas e quarenta minutos, reuniram-se os conselheiros e conselheiras do CACS-FUNDEB, atendendo a convocação para tratarem da seguinte pauta: 1- Informes da Secretaria executiva; 2- Prestação de Contas 1º e 2º bimestres; 3- Processo do CME (Material do CACS – Gestões Anteriores); 4- Recesso CACS; 5- Parcela do Déficit; 6- Mobiliário;. 7- PCR; 8- CAE; 9- LDO; 10- Capacitação; 11- Processo de Substituição (Patrícia, Rosa e Ângela). Estiveram presentes os seguintes Conselheiros(as): Celso Nunes de Oliveira, Elazir Boechat, João Manoel Magalhães, José Luiz Ribeiro, Marcos Paulo Odone, Maria da Penha Sgró, Quésia Ribeiro de Azevedo, Rilma França. O Presidente Celso Nunes deu as boas-vindas aos Conselheiros, agradeceu o empenho em estarem presentes e passou a palavra para a Secretária Executiva que mais uma vez saudou os presentes, leu os informes e a pauta. O Presidente então, inicia o item 2, relatando aos conselheiros e conselheiras que visto que a Comissão de Finanças tem estado no CACS a fim de análise e verificação das prestações de contas do 1º e 2º bimestres e que a mesma não foi concluída a tempo pela falta de documentos e todos os encaminhamentos e solicitações do CACS estão em dia, não achou prudente ocupar os senhores para uma reunião em junho pois a Prestação de Contas ainda não estava pronta, os documentos solicitados foram enviados com algumas informações incompletas mas em conversa com o responsável pela contabilidade foi informado que as transferências não foram detalhadas por serem pagamentos dos empréstimos dos servidores que são descontados em folha, aproveita a oportunidade para mais uma vez reafirmar que a sede do CACS está a disposição de todos os conselheiros mesmo fora das datas previstas de reunião, para análise dos documentos com maior tranquilidade, fazendo o agendamento para que haja alguém nas instalações, até para que o uso das instalações sejam otimizadas. A Conselheira Quésia relata que conversou com Anderson Pacheco e que ele afirma que os serventes não recebem pelo FUNDEB por esse motivo não constavam na relação pessoal enviada, mas que ele não sabe informar onde pode ser encontrada essa informação, ainda em sua fala a Conselheira pergunta qual o prazo do CACS para devolução da Prestação de Contas em seguida o Presidente esclarece que na legislação é preconizado o prazo de 30 dias após o recebimento, o mesmo prazo que a SEMED tem para enviar ao CACS porém esse prazo quase nunca é cumprido. Os conselheiros acordaram sobre o pedido para que seja informação seja dada de maneira oficializada. O Presidente comunica que no SIOPE não consta nenhuma informação de 2023 e o Conselheiro Marcos Paulo relata que o responsável pela inserção de dados no SIOPE não trabalha mais na SEMED e que o servidor Anderson ficará responsável por essa inserção, mas que há uma defasagem que precisa ser

corrigida desde 2019 e o servidor já solicitou autorização do MP para tal, mas que não depende só dele, existe uma série de informações que devem ser repassadas antes de fazer as inserções. Por conta do reajuste dos professores e da perda inflacionária, o Presidente esclarece que foi feito um ofício para o Prefeito acerca do repasse dos 25% da verba no dia 03 de julho, juntamente com esse ofício foi enviado um ofício ao CME que é solidário ao CACS e ao Município, porém não recebemos resposta, de forma a resguardar esse Colegiado e futuras responsabilidades pelo não cumprimento do quinto constitucional da educação. Por unanimidade os conselheiros concordam que precisa haver um treinamento específico para o setor contábil da SEMED para que os dados sejam inseridos corretamente e em tempo hábil para que o município não perca verbas importantes como aconteceu com o VAAF e VAAT esse ano, essas verbas são pareadas com a performance da gestão, por isso é tão importante que a SEMED exerça efetivamente a gestão plena, bem como a permanência de um servidor de carreira no setor contábil da secretaria. O Presidente esclarece ao conselho que foi finalizada no sistema a Prestação de Contas de 2022 e foi validada pelo CACS, confirmando o valor do déficit orçamentário observado pelo CACS e feito um acordo (assinado pelo Secretário de Educação) da SEMED para sanar esse déficit, porém até a presente data apenas a primeira parcela foi paga, por esse motivo, os relatórios das prestações de contas do 1º e 2º bimestre não serão finalizados até que sejam pagas as duas parcelas do acordo que estão em aberto. Foi aprovado pelo Colegiado que será enviado um ofício para a SEMED solicitando esclarecimentos sobre os valores que ainda estão em aberto. Seguindo a pauta, no item 3, o Presidente informa que o CME já havia feito dois comunicados para que o CACS retirasse um material das gestões anteriores e essa semana, se dispuseram a trazer esse material, a secretária Vanessa esteve no CME e como agora temos sede e o volume era pequeno, trouxe esse material. O CACS agradece ao CME pelo empenho e trabalho histórico guardando o material. Seguindo a pauta no item 4, o Presidente solicita ao plenário que votem sobre o pedido de recesso que a Secretária do CACS fez, os conselheiros aprovaram de imediato. Chegando ao item 6, o Presidente relata que em reunião com o Secretário, foi mais uma vez solicitado o envio do mobiliário para o CACS que já está em pleno funcionamento na nova sede com mobiliário emprestado e improvisado, na ocasião o Secretário alega que a dificuldade na compra está na tesouraria da PMI. No item 7, a título de informação aos Conselheiros presentes, o Presidente relata que está presente na Comissão do PCR, juntamente com o Vice Presidente e o Conselheiro João Manoel, cada um deles representando uma classe mas que todos com o olhar voltado ao interesse coletivos dos servidores da SEMED. A discussão está em um momento interessante, havendo convergência dos pontos que o Sindicato e a SEMED vem pleiteando, embora as duas partes entendam o momento financeiro delicado que a PMI enfrenta mas também entendem que a complementação financeira do Governo Federal suporta o mínimo requerido para a categoria dos professores, o impacto que pode causar aos cofres da PMI são os inativos e pensionistas, porém a gestão municipal alega não poder seguir com o PCR por causa dos demais servidores municipais que não têm tido os reajustes, há sensibilidade por parte da Comissão mas a Educação tem particularidades e pressões

diferentes das outras secretarias bem como a garantia de recursos que a Secretaria de Educação, com isso foi acertado na Comissão Financeira do PCR foi reconhecida formalmente e após esse reconhecimento foi aprovada a contratação de um profissional atuário externo que dê um panorama financeiro para que haja avanço de ganhos reais financeiros. Um detalhe importante observado e sinalizado pelo Presidente do CACS nas reuniões do PCR foi a ausência do CME, a conselheira Penha se diz surpreendida com tal situação e disposta a pleitear a participação do CME. O Conselheiro José Luiz que também é conselheiro e Presidente do CAE, que está em pleno funcionamento em anexo a sede do CACS. No item 9, o Presidente comunica que foi feito um ofício solicitando que fosse enviado ao CACS a LDO para que pudesse ser avaliado e feitas as observações no que concerne a Educação, porém o fato não ocorreu e será relatado na página do FNDE que o CACS não tomou parte da elaboração da LDO 2024. Chegando no item 10 sobre a capacitação, o Tribunal tem insistido no treinamento com relação as alterações da Lei do Fundeb, esse curso será mais denso e mais intenso e tendo interesse demonstrado pelo Conselheiro José Luiz e Eduardo Leal, será novamente pedido ao Secretário que apoie e custeie a participação dos conselheiros interessados. Na próxima semana a Secretária irá consultar e trazer ao conhecimento dos conselheiros. O presidente ressalta que já havia solicitado ao Tesoureiro da SEMED que colocasse na LDO recursos para capacitação dos conselheiros. Finalizando, o item 11, o Presidente traz ao conhecimento de todos que o processo para eleição e substituição das conselheiras representantes dos Diretores das Escolas Públicas, Patrícia Corcino e Rosa Ferreira, já está em andamento. O Conselheiro João Manoel esclarece que é Diretor Adjunto e não foi comunicado sobre a Eleição, não teve a opção de se candidatar, ficou sabendo pelo grupo dos diretores do município que a chapa já estava pronta e composta pelos diretores Pedro e Vitor, o conselheiro continua esclarecendo que gostaria de ter participado da eleição para ser conselheiro titular, tendo a proteção que representantes da categoria tem e relata que pelo entendimento dele o diretor Pedro não poderia concorrer uma vez que já participou por 2 mandatos consecutivos. O Presidente então diz que essa eleição não teve participação do CACS, uma vez que a secretária Vanessa faz parte da comissão eleitoral e não foi convocada a participar. A secretária tem feito contato com o Dr. Matheus e ele alega que todas as etapas do processo eleitoral serão enviadas juntamente com o processo iniciado com o pedido do CACS para a substituição das conselheiras após o pedido por escrito das mesmas. Encerrando a reunião, o Presidente mais uma vez agradece a presença e a contribuição dos conselheiros na reunião de hoje, lavrando-se a presente ata, que após lida e aprovada será assinada, publicada e afixada em livro próprio.